

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	4
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	11
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	12
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	13

Demonstração do Valor Adicionado	14
----------------------------------	----

Relatório da Administração	16
----------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes	63
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	66
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	67

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	262.452
Preferenciais	0
Total	262.452
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	29/03/2016	Dividendo	29/03/2016	Ordinária		0,09830
Reunião do Conselho de Administração	29/03/2016	Dividendo	29/03/2016	Ordinária		0,13277
Reunião do Conselho de Administração	29/03/2016	Juros sobre Capital Próprio	29/03/2016	Ordinária		0,00796
Reunião do Conselho de Administração	29/03/2016	Juros sobre Capital Próprio	29/03/2016	Ordinária		0,01705
Reunião do Conselho de Administração	29/04/2016	Dividendo	29/04/2016	Ordinária		0,00083
Reunião do Conselho de Administração	29/04/2016	Dividendo	29/04/2016	Ordinária		0,08093
Reunião do Conselho de Administração	29/04/2016	Juros sobre Capital Próprio	29/04/2016	Ordinária		0,00881
Reunião do Conselho de Administração	30/05/2016	Dividendo	30/05/2016	Ordinária		0,09841
Reunião do Conselho de Administração	30/05/2016	Juros sobre Capital Próprio	30/05/2016	Ordinária		0,00852
Reunião do Conselho de Administração	30/06/2016	Dividendo	30/06/2016	Ordinária		0,05131
Reunião do Conselho de Administração	30/06/2016	Juros sobre Capital Próprio	30/06/2016	Ordinária		0,00881
Reunião do Conselho de Administração	24/08/2016	Dividendo	30/08/2016	Ordinária		0,11263
Reunião do Conselho de Administração	24/08/2016	Juros sobre Capital Próprio	30/08/2016	Ordinária		0,17339
Reunião do Conselho de Administração	24/08/2016	Juros sobre Capital Próprio	30/08/2016	Ordinária		0,11268
Reunião do Conselho de Administração	30/09/2016	Dividendo	30/09/2016	Ordinária		0,68166
Reunião do Conselho de Administração	30/09/2016	Juros sobre Capital Próprio	30/09/2016	Ordinária		0,00881
Reunião do Conselho de Administração	11/10/2016	Dividendo	11/10/2016	Ordinária		0,07416

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	11/10/2016	Juros sobre Capital Próprio	11/10/2016	Ordinária		0,00853
Reunião do Conselho de Administração	11/11/2016	Dividendo	11/11/2016	Ordinária		0,10625
Reunião do Conselho de Administração	11/11/2016	Juros sobre Capital Próprio	11/11/2016	Ordinária		0,00881
Reunião do Conselho de Administração	14/12/2016	Dividendo	14/12/2016	Ordinária		0,09654
Reunião do Conselho de Administração	14/12/2016	Juros sobre Capital Próprio	14/12/2016	Ordinária		0,00881

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	1.835.216	1.735.812	1.617.025
1.01	Ativo Circulante	400.145	278.159	125.972
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	332.433	209.104	48.187
1.01.03	Contas a Receber	63.909	63.642	65.314
1.01.03.01	Clientes	63.853	63.573	65.178
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	56	69	136
1.01.06	Tributos a Recuperar	416	194	1.050
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	416	194	1.050
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.701	2.285	2.114
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.686	2.934	9.307
1.01.08.03	Outros	1.686	2.934	9.307
1.01.08.03.01	Outros Créditos	1.686	2.934	9.307
1.02	Ativo Não Circulante	1.435.071	1.457.653	1.491.053
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	84.411	74.562	56.172
1.02.01.03	Contas a Receber	0	1.877	0
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	1.877	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	23.264	12.550	3.967
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	23.264	12.550	3.967
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	61.147	60.135	52.205
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	61.147	60.135	52.205
1.02.03	Imobilizado	35.157	37.216	44.919
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	35.157	37.216	44.919
1.02.04	Intangível	1.315.503	1.345.875	1.389.962
1.02.04.01	Intangíveis	1.315.503	1.345.875	1.389.962

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	1.835.216	1.735.812	1.617.025
2.01	Passivo Circulante	135.896	122.635	128.331
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.637	5.331	5.693
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.637	5.331	5.693
2.01.02	Fornecedores	17.159	15.457	20.646
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	17.159	15.457	20.646
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.476	9.826	9.447
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.476	9.826	9.447
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	10.476	9.826	9.447
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	30.444	28.746	25.974
2.01.04.02	Debêntures	30.444	28.746	25.974
2.01.05	Outras Obrigações	29.607	35.048	33.094
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.683	9.605	7.772
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	3.096	6.451	6.195
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	587	3.154	1.577
2.01.05.02	Outros	25.924	25.443	25.322
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.902	1.775	0
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	20.270	18.641	17.423
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	3.752	5.027	7.899
2.01.06	Provisões	42.573	28.227	33.477
2.01.06.02	Outras Provisões	42.573	28.227	33.477
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	26.825	19.289	18.497
2.01.06.02.06	Provisão para imposto de renda e contribuição social	15.748	8.938	14.980
2.02	Passivo Não Circulante	1.298.460	1.223.611	1.108.998
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.127.690	1.054.463	947.305
2.02.01.02	Debêntures	1.127.690	1.054.463	947.305
2.02.02	Outras Obrigações	15.810	30.550	42.918
2.02.02.02	Outros	15.810	30.550	42.918
2.02.02.02.03	Obrigações com poder concedente	7.427	22.121	32.248

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	8.383	8.429	10.670
2.02.04	Provisões	154.960	138.598	118.775
2.02.04.02	Outras Provisões	154.960	138.598	118.775
2.02.04.02.04	Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	70.262	69.025	62.164
2.02.04.02.05	Provisão para Manutenção	81.922	66.966	54.174
2.02.04.02.06	Provisão para Obras Futuras	2.776	2.607	2.437
2.03	Patrimônio Líquido	400.860	389.566	379.696
2.03.01	Capital Social Realizado	302.547	302.547	302.547
2.03.01.01	Subscrito	314.052	314.052	314.052
2.03.01.02	A Integralizar	-11.505	-11.505	-11.505
2.03.02	Reservas de Capital	491	491	409
2.03.02.07	Plano de Opção com Base em Ações	491	491	409
2.03.04	Reservas de Lucros	97.822	86.528	76.740
2.03.04.01	Reserva Legal	60.509	60.509	60.509
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	37.313	26.019	16.231

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	942.796	935.773	1.128.114
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-379.738	-378.697	-600.927
3.03	Resultado Bruto	563.058	557.076	527.187
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-49.694	-49.927	-58.517
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-49.694	-49.927	-58.517
3.04.05.02	Despesas Gerais e Administrativas	-49.677	-49.913	-58.379
3.04.05.03	Outras Despesas Liquidas	-17	-14	-138
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	513.364	507.149	468.670
3.06	Resultado Financeiro	-103.516	-148.507	-96.305
3.06.01	Receitas Financeiras	42.140	28.731	31.705
3.06.02	Despesas Financeiras	-145.656	-177.238	-128.010
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	409.848	358.642	372.365
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-129.708	-112.819	-121.488
3.08.01	Corrente	-140.422	-121.402	-132.086
3.08.02	Diferido	10.714	8.583	10.598
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	280.140	245.823	250.877
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	280.140	245.823	250.877
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,03607	0,90916	0,92785

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	280.140	245.823	250.877
4.03	Resultado Abrangente do Período	280.140	245.823	250.877

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	560.286	535.346	471.909
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	742.411	716.940	675.351
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	280.140	245.823	250.877
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	121.922	119.038	121.611
6.01.01.03	Perda/baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	1.052	213	681
6.01.01.04	Receita Financeira sobre Títulos e Valores Mobiliários - Vinculados	0	0	-3.088
6.01.01.05	Encargos Financeiros e Variação Monetária sobre Debêntures	120.872	152.104	111.783
6.01.01.06	Constituição de provisão para manutenção e construção de obras futuras	55.432	50.085	48.621
6.01.01.07	Atualização monetária sobre provisão para manutenção e construção de obras futuras	10.908	7.754	2.631
6.01.01.08	Variação Monetária sobre obrigações com poder concedente	4.497	7.387	6.394
6.01.01.09	Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	537	5.780	14.905
6.01.01.10	Atualização monetária da provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	2.443	8.081	1.334
6.01.01.11	Prêmio de opções	0	82	211
6.01.01.13	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	32	131	32
6.01.01.14	Tributos diferidos	-10.714	-8.583	-10.598
6.01.01.15	Levantamento dos depósitos judiciais	877	436	1
6.01.01.16	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-195	-7.031	-2.130
6.01.01.17	Obrigações com Poder Concedente	14.186	14.238	0
6.01.01.18	Provisão para imposto de renda e contribuição social	140.422	121.402	132.086
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-182.125	-181.594	-203.442
6.01.02.01	Clientes	-312	1.474	-3.061
6.01.02.02	Tributos a Recuperar	-222	856	-919
6.01.02.03	Despesas Antecipadas	584	-171	225
6.01.02.04	Outros Créditos	3.125	4.496	416
6.01.02.05	Fornecedores	1.702	-5.189	353
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições a recolher	650	379	-909
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	306	-362	280
6.01.02.08	Partes relacionadas	-5.909	1.900	2.389
6.01.02.09	Pagamento de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-1.743	-7.000	-3.965

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01.02.10	Pagamento de manutenção e construção de obras	-43.679	-44.085	-31.101
6.01.02.11	Outros contas a pagar	-1.321	-5.113	-3.615
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social	-133.612	-127.444	-123.364
6.01.02.13	Pagamento dos depósitos judiciais	-1.694	-1.335	-40.171
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-90.543	-67.461	-330.640
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-5.691	-6.456	-19.949
6.02.02	Aquisição de Intangível	-84.852	-61.005	-310.691
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-346.414	-306.968	-416.705
6.03.01	Títulos e Valores Mobiliários - Vinculados	0	0	25.964
6.03.03	Pagamento de Arrendamento Mercantil e Debêntures	0	0	-63.000
6.03.04	Obrigações com o poder concedente	-31.748	-30.534	-15.735
6.03.05	Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-268.719	-234.260	-275.965
6.03.06	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	0	0	-750
6.03.07	Juros Pagos	-45.947	-42.174	-87.219
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	123.329	160.917	-275.436
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	209.104	48.187	323.623
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	332.433	209.104	48.187

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	491	86.528	0	0	389.566
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	491	86.528	0	0	389.566
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-26.019	-242.827	0	-268.846
5.04.06	Dividendos	0	0	-26.019	-215.523	0	-241.542
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-27.304	0	-27.304
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	280.140	0	280.140
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	280.140	0	280.140
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	37.313	-37.313	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	37.313	-37.313	0	0
5.07	Saldos Finais	302.547	491	97.822	0	0	400.860

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	409	76.740	0	0	379.696
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	409	76.740	0	0	379.696
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	82	-16.231	-219.804	0	-235.953
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	82	0	0	0	82
5.04.06	Dividendos	0	0	-16.231	-197.096	0	-213.327
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-22.708	0	-22.708
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	245.823	0	245.823
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	245.823	0	245.823
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	26.019	-26.019	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	26.019	-26.019	0	0
5.07	Saldos Finais	302.547	491	86.528	0	0	389.566

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	198	99.249	0	0	401.994
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	198	99.249	0	0	401.994
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	211	-38.740	-234.646	0	-273.175
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	211	0	0	0	211
5.04.06	Dividendos	0	0	-38.740	-219.527	0	-258.267
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-15.119	0	-15.119
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	250.877	0	250.877
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	250.877	0	250.877
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	16.231	-16.231	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	16.231	-16.231	0	0
5.07	Saldos Finais	302.547	409	76.740	0	0	379.696

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	1.024.520	1.018.805	1.205.839
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	903.792	909.529	861.128
7.01.02	Outras Receitas	41.915	39.691	39.756
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	78.813	69.585	304.955
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-267.713	-272.235	-498.800
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-229.628	-232.471	-454.535
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-38.085	-39.764	-44.265
7.03	Valor Adicionado Bruto	756.807	746.570	707.039
7.04	Retenções	-121.922	-119.038	-121.611
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-121.922	-119.038	-121.611
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	634.885	627.532	585.428
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	42.140	28.731	31.705
7.06.02	Receitas Financeiras	42.140	28.731	31.705
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	677.025	656.263	617.133
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	677.025	656.263	617.133
7.08.01	Pessoal	36.926	34.236	35.720
7.08.01.01	Remuneração Direta	27.131	24.302	27.130
7.08.01.02	Benefícios	8.117	8.550	7.582
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.678	1.384	1.008
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	211.431	195.851	199.213
7.08.02.01	Federais	164.226	147.466	154.371
7.08.02.03	Municipais	47.205	48.385	44.842
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	148.528	180.353	131.323
7.08.03.01	Juros	48.016	44.921	46.803
7.08.03.02	Aluguéis	2.872	3.115	3.313
7.08.03.03	Outras	97.640	132.317	81.207
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	280.140	245.823	250.877
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	27.304	22.708	15.119
7.08.04.02	Dividendos	215.523	197.096	219.527

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	37.313	26.019	16.231

Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

Senhores Acionistas

A Administração da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração

Planejamento, gestão estratégica e a busca incessante pela prestação de serviços com excelência são algumas das características que têm permitido a Ecovias dos Imigrantes, concessionária que administra o Sistema Anchieta-Imigrantes, atingir bons resultados desde o início de suas atividades, em 29 de maio de 1998. Em consonância com as diretrizes e os objetivos do Grupo Ecorodovias, todo trabalho vem sendo realizado com visão de longo prazo e respeito ao desenvolvimento sustentável.

Para finalizar, por mais este ano, a Ecovias dos Imigrantes agradece aos seus colaboradores pela dedicação e comprometimento nas metas empresariais, aos seus acionistas diretos e indiretos, sempre confiantes na gestão da companhia, e ao apoio dos usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais instituições e parceiros.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas práticas são apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS OPERACIONAIS – TRÁFEGO

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 60.670 mil em 2016, queda de 6,2%. A redução no tráfego comercial em 2016 foi devido ao arrefecimento da economia e ao menor fluxo de exportação de grãos. A redução do tráfego de passeio é explicada pelo clima desfavorável e pela redução da atividade econômica.

Em 01 de julho de 2016, a Ecovias dos Imigrantes obteve reajuste contratual de 9,3% pelo IPCA. A partir de 2015, começou a ser aplicado o menor dos índices entre IGP-M e IPCA e quando for aplicado o IPCA, a diferença entre os índices será apurada a cada dois anos e compensada através de extensão de prazo da concessão. Além disso, a tarifa média na Ecovias dos Imigrantes foi impactada pelo maior fluxo de veículos nas praças de pedágio que possuem tarifas maiores.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$ 1.024,5 milhões em 2016, crescimento de 0,6% devido à aumento na receita de construção e reajuste de tarifa de pedágio. As deduções sobre a receita bruta totalizaram R\$81,7 milhões, 1,6% inferior quando comparado com o exercício anterior.

Relatório da Administração

Receita de Pedágio - queda de 0,6%, resultante da redução no volume de tráfego pedagiado e reajuste contratual nas tarifas de pedágio em julho de 2015 ;

Receita Acessória – aumento de 5,6%, em 2016, proveniente principalmente do aumento do monitoramento de cargas especiais.

Receita de Construção – crescimento de 13,3%, principalmente, devido ao maior nível de obras contratuais no exercício.

Para mais informações sobre a receita bruta, vide nota explicativa n.º 22 da Demonstração Financeira da Companhia.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida atingiu R\$ 942,8 milhões em 2016, excluindo a receita de construção a receita líquida pró-forma foi de R\$ 864,0 milhões, redução de 0,3% em relação a 2015.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas tiveram aumento de 0,2% totalizaram R\$ 429,4 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$ 173,3 milhões, redução de 8,8%. Esse resultado é reflexo do programa de corte de custos implementado pela Companhia. As variações observadas foram:

Pessoal: R\$ 36,9 milhões em 2016, aumento de 7,9%, basicamente pelo reajuste salarial e rescisões trabalhistas;

Conservação e Manutenção: R\$ 10,7 milhões em 2016, 18,4% inferior a 2015, resultante de economias com a manutenção de pavimento;

Serviços de terceiros: R\$ 89,8 milhões em 2016, 12,3% inferior a 2015, devido a readequação do contrato nos serviços prestados pela Ecorodovias Concessões;

Poder Concedente, Seguros, e Locações: R\$ 21,9 milhões em 2016, 4,4% inferior a 2015, devido a readequação de apólices de seguros;

Outros: R\$ 13,9 milhões em 2016, 19,5% inferior a 2015, devido a economias nas contas de energia elétrica e gastos com danos materiais;

Depreciação e Amortização: R\$ 121,9 milhões em 2016, 2,4% superior a 2015, devido a maior base de ativos da Companhia;

Provisão para Manutenção: R\$ 55,4 milhões em 2016, aumento de 10,7% na previsão dos programas futuros para manutenção e renovação dos pavimentos, dentro dos critérios estabelecidos pelas normas contábeis; e

Custo de construção de obras: R\$ 78,8 milhões em 2016, 13,3% superior a 2015, refere-se contratual implantação de faixas adicionais .

Para mais informações sobre os Custos Operacionais e Despesas Administrativos, vide nota explicativa n.º 23 da Demonstração Financeira da Companhia.

Relatório da Administração

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 103,5 milhões, queda de 30,3% devido, principalmente, à variação do IPCA (indexador das debêntures) quando comparado com 2015 e à maiores receitas financeiras em função da maior disponibilidade de caixa do exercício.

Para maiores informações sobre o Resultado Financeiro, vide nota explicativa n.º 24 da Demonstração Financeira da Companhia.

LUCRO LÍQUIDO

Em 2016, a Ecovias dos Imigrantes apresentou lucro líquido após a participação de minoritários de R\$ 280,1 milhões, 14,0% superior aos R\$ 245,8 milhões registrados em 2015.

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

A Ecovias dos Imigrantes encerrou dezembro de 2016 com saldo de caixa, bancos e aplicações financeiras de R\$ 332,4 milhões. O endividamento financeiro bruto (composto por financiamentos, empréstimos e debêntures) atingiu R\$ 1.185,8 milhões em 31 de dezembro de 2016 e o endividamento financeiro líquido (dívida líquida sem considerar o saldo de credor pela concessão), de R\$ 825,7 milhões com redução de 5,5% em relação a 2015.

A Companhia encerrou o ano com indicador de Dívida Líquida/EBITDA de 1,3x. Considerando o Endividamento financeiro líquido/EBITDA pró-forma o indicador foi de 1,2x.

Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide notas explicativas.

CAPEX

O Capex realizado pela Ecovias dos Imigrantes totalizou R\$ 134,2 milhões em 2016, com destaque para os investimentos na implantação de faixas adicionais e conservações de pavimento.

As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S/A., no site www.ecorodovias.com.br/ri.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2016: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity". Os honorários relativos a esses trabalhos em 2016 são de R\$258,6 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias” ou “Companhia”) iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

A exploração da concessão tinha prazo inicial de 20 anos sendo, posteriormente postergado por mais 88 meses e 11 dias, mediante a cobrança de pedágios, a concessão consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios. O contrato de concessão possui vigência até outubro de 2025. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 18.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 20 de fevereiro de 2017.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.406/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritos na Nota Explicativa nº 3.

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação--Continuação

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

2.2. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

a) Instrumentos financeiros

i) *Ativos financeiros*

Ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) investimentos mantidos até o vencimento; ou (iv) ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, instrumentos financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação:

- Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, e outros recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A amortização do método de juros efetivos ou despesas financeiras (perdas por redução ao valor recuperável) é apresentada na conta do resultado financeiro da demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros*--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado principalmente quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Passivos financeiros*

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem debêntures, empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

- Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Passivos financeiros*--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

iii) *Instrumentos financeiros - apresentação líquida*

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Até 31 de dezembro de 2016 não houve indenizações relevantes.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

f) Normas, alterações e interpretações de normas

- (i) As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotados até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência:

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 9 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

f) Normas, alterações e interpretações de normas--Continuação

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
	O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.	
Alteração IAS 12 (vigência a partir de 01/01/2017)	Tem o objetivo esclarecer que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração do IAS 12 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IFRS 2 (vigência a partir de 01/01/2017)	Tem o objetivo esclarecer sobre a classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração do IFRS 2 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 16 - Arrendamento (vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

4. Principais usos de estimativas e julgamento

A Administração da Companhia estabelece estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais usos de estimativas e julgamento--Continuação

- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; e
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão.

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais usos de estimativas e julgamento--Continuação

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 11,91% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.
- a) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 18.

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos	7.846	10.223
Aplicações financeiras		
Fundo de investimento (a)	319.363	196.888
Aplicações automáticas compromissadas (b)	5.224	1.993
	<u>332.433</u>	<u>209.104</u>

(a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria “renda fixa - crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo, também, não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de dezembro de 2016 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 30,3% em Certificado de Depósito Bancário, 60,8% em Operações Compromissadas, 3,9% em Letra Financeira e 5,0% em Títulos Públicos.

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 100,7% (101,3% em 31 de dezembro de 2015) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

(b) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 10% a 20% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis, mantendo esta modalidade com a taxa média de 10,0% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor, a referida aplicação possui liquidez imediata.

6. Clientes

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Clientes--Continuação

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pedágio eletrônico	56.785	57.866
Cupons de pedágio	3.694	3.121
Receitas acessórias	3.651	2.831
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (a)	(277)	(245)
	<u>63.853</u>	<u>63.573</u>

(a) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida estabelece que a constituição de PECLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
A vencer	62.647	63.364
Vencidos:		
Até 30 dias	1.003	188
De 31 a 60 dias	95	21
De 61 a 90 dias	57	-
De 90 a 120 dias	51	-
Acima de 120 dias	277	245
	<u>64.130</u>	<u>63.818</u>

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo inicial	245	114
Constituição de PECLD no exercício	245	222
Valores recuperados no exercício	(213)	(91)
	<u>277</u>	<u>245</u>

7. Despesas antecipadas

O saldo de R\$1.701 em 31 de dezembro de 2016, classificado no ativo circulante (R\$2.285 em 31 de dezembro de 2015), refere-se substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar. Detalhes adicionais sobre os seguros contratados estão descritos na Nota Explicativa nº 29.

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Tributos a recuperar

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
IRPJ e CSLL a recuperar	412	67
IRRF a recuperar	-	127
Outros	4	-
	<u>416</u>	<u>194</u>

9. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem as quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo no início do exercício	60.135	52.205
Adições	1.694	1.335
Baixas	(877)	(436)
Atualização monetária	195	7.031
Saldo no fim do exercício	<u>61.147</u>	<u>60.135</u>

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas médias de depreciação para cada grupo de ativo.

	Taxas médias anuais de depreciação %	Saldos em				Custo				Depreciação				Residual
		31/12/2014		31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015		
		Adições	Baixas	Transf.	Saldos em	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em	Baixas	Transf.	Saldos em		
Hardwares	5,8	100.469	3.562	-	104.031	(83.638)	(5.896)	-	(89.534)	-	-	14.497	16.831	
Máquinas e equipamentos	8,1	17.864	241	(6)	18.101	(10.258)	(1.452)	-	(11.709)	1	1	6.392	7.606	
Móveis e utensílios	7,1	6.055	276	-	6.332	(3.592)	(442)	-	(4.035)	(1)	(1)	2.297	2.463	
Terrenos	-	3.304	-	-	3.304	-	-	-	-	-	-	3.304	3.304	
Edificações	7,4	3.033	400	-	3.437	(998)	(239)	-	(1.237)	-	-	2.200	2.035	
Veículos	10,3	6.069	-	-	6.068	(3.473)	(622)	-	(4.100)	(5)	(5)	1.968	2.596	
Instalações	9,7	6.191	1.977	(5)	8.157	(1.773)	(698)	-	(2.472)	(1)	(1)	5.685	4.418	
Outros	-	5.666	-	(1)	873	-	-	-	-	-	-	873	5.666	
		148.651	6.456	(12)	150.303	(103.732)	(9.349)	-	(113.087)	(6)	(6)	37.216	44.919	

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado--ContinuaçãoPolítica contábil--Continuação

	Taxas médias anuais de depreciação %	Saldos em 31/12/2015			Custo			Saldos em 31/12/2016			Depreciação			Residual			
		Adições	Baixas	Transf.	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2016	Residual
Hardwares	5,2	104.031	2.946	-	-	(122)	106.855	(89.534)	(5.462)	-	13	(94.983)	11.872	14.497			
Máquinas e equipamentos	6,8	18.101	1.340	-	-	-	19.441	(11.709)	(1.272)	-	-	(12.981)	6.460	6.392			
Móveis e utensílios	7,2	6.332	36	-	-	-	6.368	(4.035)	(455)	-	-	(4.490)	1.878	2.297			
Terrenos	-	3.304	-	-	-	-	3.304	-	-	-	-	-	3.304	3.304			
Edificações	7,2	3.437	-	-	-	-	3.437	(1.237)	(248)	-	-	(1.485)	1.952	2.200			
Veículos	9,0	6.068	98	(103)	-	-	6.063	(4.100)	(543)	103	-	(4.540)	1.523	1.968			
Instalações	9,2	8.157	1.271	-	1.289	-	10.717	(2.472)	(924)	-	(26)	(3.422)	7.295	5.685			
Outros	-	873	-	-	-	-	873	-	-	-	-	-	873	873			
		150.303	5.691	(103)	1.167	-	157.058	(113.087)	(8.904)	103	(13)	(121.901)	35.157	37.216			

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de qualquer natureza. Para as debêntures (vide Nota Explicativa nº 14) não existem garantias dessa natureza.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

	Taxas médias anuais de amortização %	Custo				Amortização				Residual		
		Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Transf.		Saldos em 31/12/2015	31/12/2014
Contratos de concessão	(*)	2.304.963	60.015	-	4.837	2.369.815	(918.273)	(108.746)	6	(1.027.013)	1.342.802	1.386.690
Softwares de terceiros	11,9	7.532	727	-	-	8.259	(4.630)	(943)	-	(5.573)	2.686	2.902
Intangível em andamento	-	370	263	(201)	(45)	387	-	-	-	-	387	370
		<u>2.312.865</u>	<u>61.005</u>	<u>(201)</u>	<u>4.792</u>	<u>2.378.461</u>	<u>(922.903)</u>	<u>(109.689)</u>	<u>6</u>	<u>(1.032.586)</u>	<u>1.345.875</u>	<u>1.389.962</u>

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível--ContinuaçãoPolítica contábil--Continuação

	Taxas médias anuais de amortização %	Custo			Amortização			Residual				
		Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas Transf.	Saldos em 31/12/2016	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015		
Contratos de concessão	(*)	2.369.815	21.554	(1.052)	54.884	2.445.201	(1.027.013)	(112.040)	(3)	(1.139.056)	1.306.145	1.342.802
Softwares de terceiros	11,4	8.259	744	-	(26)	8.977	(5.573)	(978)	16	(6.535)	2.442	2.686
Intangível em andamento	-	387	62.554	-	(56.025)	6.916	-	-	-	-	6.916	387
		<u>2.378.461</u>	<u>84.852</u>	<u>(1.052)</u>	<u>(1.167)</u>	<u>2.461.094</u>	<u>(1.032.586)</u>	<u>(113.018)</u>	<u>13</u>	<u>(1.145.591)</u>	<u>1.315.503</u>	<u>1.345.875</u>

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização em 31 de dezembro de 2016 é de 4,6% ao ano (4,6% ao ano em 31 de dezembro de 2015).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram capitalizados encargos financeiros de R\$14. Em 31 de dezembro de 2015 não foram capitalizados encargos.

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) *Tributos diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2015	Adições	Baixas	31/12/2016	31/12/2016
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	6.337	1.842	(1.922)	6.257	(80)
Provisão para férias e encargos de diretores	119	52	(10)	161	42
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	54	61	(69)	46	(8)
Provisão para manutenção	30.848	7.706	-	38.554	7.706
AVP ônus Concessão	1.118	289	(90)	1.317	199
Juros capitalizados	(652)	-	263	(389)	263
Efeito Lei nº 12.973 - Extinção RTT (*)	(25.274)	-	2.592	(22.682)	2.592
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	12.550	9.950	764	23.264	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					10.714

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro--Continuação

Política contábil--Continuação

a) *Tributos diferidos*--Continuação

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
2016	-	3.835
2017	5.809	3.835
2018	5.647	3.835
2019 a 2023	4.846	3.835
Após 2023	6.962	(2.790)
	<u>23.264</u>	<u>12.550</u>

A Administração considera que as provisões temporárias ativas serão realizadas em um prazo de até cinco exercícios, em virtude da expectativa de reversão e/ou pagamento da provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis.

(*) Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627), que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. Em 13 de maio de 2014, a MP 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14. A Lei não alterou substancialmente os assuntos abordados pela MP 627, fazendo-se necessário mencionar dois temas, que de acordo com o nosso entendimento, são os principais: (a) A adequação das normas tributárias às novas normas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 (fim do "RTT", com a consequente aproximação das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais *IFRS - International Financial Reporting Standards*); (b) Introdução de novas regras relacionadas à tributação de lucros provenientes de controladas e coligadas no Exterior.

A nova legislação trouxe a opção de sua adoção antecipada para o exercício de 2014 ou a adoção obrigatória a partir de 2015. A Companhia decidiu pela adoção antecipada no exercício de 2014, visto que a adoção em 2015 poderia impactar a distribuição dos dividendos excedentes do resultado de 2014 com a aplicação das novas regras, um dos principais pontos introduzidos pela Lei nº 12.973/14.

Os efeitos registrados até o ano imediatamente anterior à adoção (31 de dezembro de 2013) serão amortizados ao longo do prazo de concessão da Companhia, conforme prevê a Lei nº 12.973/14 e os efeitos do ano de 2014 já estão enquadrados nas novas normas tributárias.

Notas Explicativas**Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro--ContinuaçãoPolítica contábil--Continuação*b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social*

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	409.848	358.642
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(139.348)	(121.938)
Juros sobre o capital próprio	9.283	7.720
Despesas indedutíveis	(9)	(11)
Gratificações diretores	(131)	(139)
Incentivos fiscais (PAT)	475	1.503
Outros	22	46
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(129.708)	(112.819)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	(140.422)	(121.402)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	10.714	8.583
Taxa efetiva	31,6%	31,5%

c) Imposto de renda e contribuição social pagos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo inicial provisão IR/CS	8.938	14.980
Despesa IR/CS corrente DRE	140.422	121.402
Total IR/CS pagos no exercício	(133.612)	(127.444)
Saldo final provisão IR/CS	15.748	8.938

13. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	4.745	4.547
COFINS	2.895	2.890
PIS	627	619
ISS na fonte	802	582
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre prestação de serviços	114	157
INSS fonte	483	396
Outros impostos	810	635
	10.476	9.826

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Principal corrigido	1.143.283	1.073.283
Remuneração (juros)	33.671	31.609
Custos com emissão de debêntures (*)	(18.820)	(21.683)
	<u>1.158.134</u>	<u>1.083.209</u>
Circulante	30.444	28.746
Não circulante	1.127.690	1.054.463

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo inicial	1.083.209	973.279
Pagamento de juros	(45.947)	(42.174)
Encargos financeiros	120.872	152.104
Saldo final	<u>1.158.134</u>	<u>1.083.209</u>

Em 31 de dezembro de 2016, os índices financeiros exigidos foram atendidos, conforme demonstrado abaixo:

<u>2ª emissão</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido (*)</u>
(i) Dívida líquida/EBITDA	< 3,5	1,32
(ii) Despesa financeira/EBITDA	>2,0	4,78

(*) Índices não auditadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas**Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Debêntures--Continuação

Descrição	2ª emissão
Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, não conversíveis em ações
Data da emissão	07/05/13
Quantidade emitida	881 (em duas séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$1.000
Valor da emissão	R\$881.000 1ª série - R\$200.000 2ª série - R\$681.000
Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2016	1ª série - R\$1.333 2ª série - R\$1.337
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª e 2ª série - IPCA
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 3,80% a.a. + IPCA 2ª série - 4,28% a.a. + IPCA
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2024)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas anuais (15/04/2019 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2022 a 15/04/2024)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	n/a
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP E BMF&BOVESPA
Instituição responsável pela conta de reserva	n/a
Agente fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Notas Explicativas**Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Debêntures--Continuação

Descrição	2ª emissão
Garantias	n/a
Cláusula de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação
Classificação de riscos	"brAAA" da Standard & Poors
Índices financeiros exigidos	(i) Índices financeiros menores que 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA); e (ii) índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA com a despesa financeira líquida, tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2017	-	-	-	-	(3.227)	(3.227)
2018	-	(3.442)	(3.442)	-	(3.442)	(3.442)
2019	129.772	(2.942)	126.830	121.826	(2.942)	118.884
2020	129.771	(2.653)	127.118	121.826	(2.653)	119.173
2021	-	(2.874)	(2.874)	121.826	(2.874)	118.952
A partir de 2022	883.740	(3.682)	880.058	707.805	(3.682)	704.123
	1.143.283	(15.593)	1.127.690	1.073.283	(18.820)	1.054.463

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está destacada a seguir:

	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
2ª emissão						
Debêntures 1ª série	15/04/2013	200.000	(6.892)	193.108	IPCA + 3,80% a.a.	11,32% a.a.
Debêntures 2ª série	15/04/2013	681.000	(23.469)	657.531	IPCA + 4,28% a.a.	11,74% a.a.
		881.000	(30.361)	850.639		

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Debêntures--Continuação

As taxas aplicáveis à remuneração das debêntures listadas foram determinadas através de procedimento de "bookbuilding", que consiste na coleta de intenções de investimento conduzido pelos coordenadores da oferta, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03. Esse procedimento tem a finalidade de estabelecer as taxas de juros finais que remunerarão as debêntures e, portanto, não foram apurados prêmios ou deságios quando das emissões dos valores mobiliários listados.

15. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços de consultoria.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Balço patrimonial		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante e não circulante
Companhia	Natureza	Clientes	Intangível	Contas a pagar
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	-	3.096
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A.-Ecopistas (b)	Outras partes relacionadas	2	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (d)	Controladora direta	54	-	-
CBB Ind.Com. de asfalto de eng. Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	3.997	116
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	367	11

Notas Explicativas**Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

CR Almeida S.A. Engenharia e Obras (e)	Outras partes relacionadas	-	51.096	460
Total em 31 de dezembro de 2016		56	55.460	3.683
Total em 31 de dezembro de 2015		69	47.243	9.605

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Partes relacionadas--Continuação

Demonstração do resultado

Companhia	Natureza	Receita	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	264	(42.938)	(28.461)
Total em 31 de dezembro de 2016		264	(42.938)	(28.461)
Total em 31 de dezembro de 2015		241	(55.449)	(28.833)

(a) A controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$71.399, o saldo em aberto de R\$3.096 em 31 de dezembro de 2016 tem vencimento em até 45 dias e não está sujeito a encargo financeiro e não foi concedida garantia.

(b) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre as empresas (provisões de 13º salário e férias). Os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.

(c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$54.859, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços foi em dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2016 há um saldo de serviços a realizar de R\$15.336. O saldo em aberto de R\$127 em 31 de dezembro de 2016 tem vencimento em até 45 dias e não está sujeito a encargo financeiro e não foi concedida garantia.

(d) Locação prédio administrativo para a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. O valor mensal da locação é de R\$22 (R\$20 em 31 de dezembro de 2015).

(e) A CR Almeida S.A. Engenharia de obras, presta serviços de execução de obras nas rodovias e trechos que compõem o SAI - Sistema Anchieta Imigrantes, das obras de recuperação de pavimento flexível e usinagem. O preço global firmado para execução dos serviços contratados é de R\$54.088. O prazo para execução desses serviços é de janeiro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 foram realizados R\$52.957. O saldo em aberto de R\$460 em 31 de dezembro de 2016 tem vencimento em até 45 dias e não está sujeito a encargo financeiro e não foi concedida garantia.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não tinha concedido aval a nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

Nos exercícios de 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração dos administradores--Continuação

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2016 no montante R\$920 (R\$1.147 em 31 de dezembro de 2015).

A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2017, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 para R\$949, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras. A diferença entre o valor aprovado e o efetivamente pago ocorreu em virtude do pagamento de remuneração adicional de performance.

A remuneração dos administradores nos períodos está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Remuneração (fixa/variável)	793	802
Plano de opção com base em ações (vide Nota Explicativa nº 21.d)	-	82
Previdência privada	46	48
Remuneração baseada em ações	110	18
	<u>949</u>	<u>950</u>

16. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 11,91% ao ano, correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos.

Notas Explicativas**Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisão para manutenção--Continuação

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2014	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2015
Constituição da provisão para manutenção	340.787	61.997	-	-	402.784
Efeito do valor presente sobre a constituição	(52.978)	(11.912)	-	-	(64.890)
Realização da manutenção	(241.828)	-	(44.085)	-	(285.913)
Ajuste a valor presente - realizações	26.690	-	-	7.584	34.274
	72.671	50.085	(44.085)	7.584	86.255
Circulante	18.497				19.289
Não circulante	54.174				66.966
	31/12/2015	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2016
Constituição da provisão para manutenção	402.784	65.869	-	-	468.653
Efeito do valor presente sobre a constituição	(64.890)	(10.437)	-	-	(75.327)
Realização da manutenção	(285.913)	-	(43.679)	-	(329.592)
Ajuste a valor presente - realizações	34.274	-	-	10.739	45.013
	86.255	55.432	(43.679)	10.739	108.747
Circulante	19.289				26.825
Não circulante	66.966				81.922

17. Provisão para construção de obras futuras

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível. Os valores são ajustados a valor presente à taxa de 10,45% ao ano, correspondentes à taxa média ponderada das captações de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

Notas Explicativas**Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para construção de obras futuras--Continuação

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2014	Efeito financeiro	31/12/2015
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	4.807	170	4.977
	2.437	170	2.607
Não circulante	2.437		2.607
	31/12/2015	Efeito financeiro	31/12/2016
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	4.977	169	5.146
	2.607	169	2.776
Não circulante	2.607		2.776

18. Obrigações com Poder Concedente

	31/12/2016	31/12/2015
Parcelas fixas (a)	26.249	39.378
Parcelas variáveis (b)	1.448	1.384
	27.697	40.762
Circulante	20.270	18.641
Não circulante	7.427	22.121

- a) De acordo com o Contrato de Concessão da Companhia, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getulio Vargas (FGV). Em 31 de dezembro de 2016, restam 16 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 93,33% do total (88,33% em 31 de dezembro de 2015).

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi introduzido o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações das obrigações com Poder Concedente considerando uma taxa de desconto de 9,50% ao ano, similar à taxa de juros atribuída às operações da segunda e terceira séries da primeira emissão das debêntures, também atualizadas monetariamente pelo IGP-M. Foi revertido ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o desconto de R\$2.693 (R\$3.724 em 31 de dezembro de 2015), somado à atualização monetária do direito de outorga de R\$1.804 (R\$3.663 em 31 de dezembro de 2015), e foi totalizado o valor líquido de R\$4.497 (R\$7.387 em 31 de dezembro de 2015) de variações financeiras do direito de outorga, registrado na rubrica "Resultado financeiro".

- b) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em um percentual de 1,5% da receita de arrecadação do pedágio.

Notas Explicativas**Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Obrigações com Poder Concedente--Continuação

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
2017	-	16.579
2018	7.427	5.542
	7.427	22.121

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo no início do exercício	40.762	49.671
Variação monetária sobre as obrigações com Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 24)	4.497	7.387
Custo (vide Nota Explicativa nº 23)	14.186	14.238
Pagamento principal e atualização	(31.748)	(30.534)
Saldo no final do exercício	27.697	40.762

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2016, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

<u>Natureza dos custos</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
	<u>Previsão de 2017-2018</u>	<u>Previsão de 2016-2018</u>
Melhorias na infraestrutura	115.064	171.856
Conservação especial (manutenção)	228.847	263.660
Equipamentos	43.057	44.418

19. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Salários e outras obrigações a pagar	2.226	2.168
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	569	486
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	151	148
Contribuição sindical a recolher	-	1
IRRF a recolher	194	159
Provisão de férias e encargos	1.787	1.697
Encargos sobre provisões de férias a recolher - INSS e FGTS	710	672
	5.637	5.331

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias

Política contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	51.440	6.071	4.653	62.164
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	3.427	1.502	851	5.780
(-) Pagamentos	(1.758)	(4.568)	(674)	(7.000)
(+) Atualização monetária	6.825	746	510	8.081
Saldos em 31 de dezembro de 2015	59.934	3.751	5.340	69.025
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	59.934	3.751	5.340	69.025
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(1.634)	1.131	1.040	537
(-) Pagamentos	(596)	(1.147)	-	(1.743)
(+) Atualização monetária	178	978	1.287	2.443
Saldos em 31 de dezembro de 2016	57.882	4.713	7.667	70.262

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2016, R\$10.246 (R\$20.070 em 31 de dezembro de 2015), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

- A principal causa provável é uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Companhia, por entender que a Concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados pelo Ministério Público em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. A pedido da Companhia foi realizada audiência de conciliação em abril de 2013 para tentativa de acordo judicial, a qual restou infrutífera. Atualmente, a ação civil pública está aguardando o início da perícia (não há qualquer decisão judicial). Em razão da possibilidade de composição judicial e da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$30.920 em 30 de setembro de 2013 (em 31 de dezembro de 2016 este valor atualizado é de R\$46.064, sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828, sendo que para 31 de dezembro de 2016, o valor atualizado desse depósito judicial é de R\$46.064.

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias--Continuação

Política contábil

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processo de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2016, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$12.526 (R\$12.331 em 31 de dezembro de 2015), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Durante o mês de agosto de 2015 foi publicada decisão do Tribunal Superior do Trabalho - TST que alterou o índice de correção monetária das reclamações trabalhistas, sendo que a Taxa Referencial Diária (TR) anteriormente utilizada foi substituída para IPCA-E acrescidos dos juros de 12% ao ano, devendo ser utilizada para correção das reclamações trabalhistas de forma retroativa, desde 30 de junho de 2009. Em decisão, o Supremo Tribunal de Justiça concedeu liminar a determinada entidade de classe para a suspensão das correções pelo IPCA-E como determinado pelo Tribunal Superior do Trabalho, dando provimento a tese de discussão sobre a adequação da aplicação da referida correção.

O entendimento dos consultores legais da Companhia é que há ampla tese de defesa que determinam que a Companhia logrará êxito para a não aplicação do índice de correção IPCA-E, sendo que no seu entendimento, esse processo tem probabilidade de êxito possível.

(c) Processos tributários

O valor provisionado corresponde principalmente a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 31 de dezembro de 2016, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$22.924 (R\$10.721 em 31 de dezembro de 2015), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social subscrito é de R\$314.052 e representado por 270.386.120 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo a parcela a integralizar de R\$11.505.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 52.965.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a reserva de lucros legal atingiu o limite de 20% do capital social no montante de R\$60.509.

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Patrimônio líquido--Continuação

d) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em AGE da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com os Administradores baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais da data da sua outorga.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido como “despesa de pessoal”, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição).

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído, sendo esta diluição aplicável para controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., responsável pela outorga do plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura, de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar diretores estatutários da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social, efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura. Essas ações deverão ser apenas ações em tesouraria.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente, que seja escolhido pela Assembleia Geral da EcoRodovias Infraestrutura.

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Patrimônio líquido--Continuação

d) Reserva de capital - plano de opção com base em ações--Continuação

O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. disponibilizou 372.846 ações ordinárias para esse plano, conforme a seguir:

Data	31/08/2010	22/03/2011	25/04/2012	25/04/2013	28/04/2014
Quantidade de opções de ações	23.404	28.516	30.587	68.852	221.487
Preço no período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58	R\$17,51	R\$12,18
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi registrado na rubrica "Plano de opções com base em ações" (R\$82 em 31 de dezembro de 2015).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão, as quais serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Patrimônio líquido--Continuação

e) Dividendos e juros sobre o capital próprio--Continuação

O montante de dividendos pagos em 31 de dezembro de 2016 no valor de R\$268.719 refere-se a: R\$26.019 saldo de dividendos remanescentes de 2015, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2016; R\$215.523 dividendos intermediários do exercício de 2016, aprovados em reuniões do Conselho de Administração, que submeterão à Assembleia Geral Ordinária em abril de 2017; R\$1.775 de juros sobre o capital próprio remanescente de 2015 e R\$25.402 (dos R\$27.304 contabilizados) a título de juros sobre o capital próprio do exercício de 2016, calculados conforme segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício	280.140	245.823
Constituição da reserva legal (*)	-	-
Base de cálculo dos dividendos	280.140	245.823
Dividendos intermediários pagos	(215.523)	(197.096)
Juros sobre o capital próprio pagos	(27.304)	(22.708)
Dividendos e JSCP pagos (a pagar) no exercício seguinte	(37.313)	(26.019)

(*) Como divulgado na Nota Explicativa nº 21.c, não foi constituída a reserva legal pelo fato da reserva ter atingido o limite de 20% do capital social.

22. Receita líquida

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio;
- b) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio;

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Receita líquida--Continuação

Política contábil--Continuação

Receitas--Continuação

- a) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

Imposto sobre prestação de serviços

Receitas e despesas são reconhecidas líquidas dos tributos sobre prestação de serviços, exceto quando os impostos sobre prestação de serviços incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre prestação de serviços são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre prestação de serviços. Quando o valor líquido dos impostos sobre prestação de serviços, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	327.511	318.883
Pedágio por equipamento eletrônico	527.625	532.611
Vale-pedágio	48.122	57.387
Outras	534	648
	<u>903.792</u>	<u>909.529</u>
Receitas com construção	78.813	69.585
Receitas acessórias (a)	41.915	39.691
	<u>120.728</u>	<u>109.276</u>
Receita bruta	1.024.520	1.018.805
Deduções de receita (b)	(81.724)	(83.032)
Receita líquida	<u>942.796</u>	<u>935.773</u>

(a) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros.

(b) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue tabela com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita:

Notas Explicativas**Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Receita líquida--ContinuaçãoPolítica contábil--Continuação*Imposto sobre prestação de serviços--Continuação*

Base de cálculo de impostos		
Receitas com arrecadação de pedágio	903.792	909.529
Receitas acessórias	41.915	39.691
	945.707	949.220
Deduções		
COFINS (3%)	(28.371)	(28.477)
PIS (0,65%)	(6.147)	(6.170)
ISS (2% a 5%)	(47.206)	(48.385)
	(81.724)	(83.032)

23. Custos e despesas operacionais - por natureza

	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal	36.926	34.236
Conservação e manutenção	10.686	13.097
Serviços de terceiros (*)	89.830	102.378
Seguros (vide Nota Explicativa nº 29)	4.824	5.532
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 18)	14.186	14.238
Provisão para manutenção	55.432	50.085
Custo de construção de obras	78.813	69.585
Depreciações e amortizações	121.922	119.038
Locações de imóveis e máquinas	2.872	3.115
Outros custos e despesas operacionais	13.924	17.306
	429.415	428.610
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	379.738	378.697
Despesas gerais e administrativas	49.677	49.913
	429.415	428.610

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

24. Resultado financeiro

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	37.741	18.236
Variação monetária sobre créditos fiscais	4.091	10.489
Outros	308	6
	<u>42.140</u>	<u>28.731</u>
Juros sobre debêntures	(48.016)	(44.921)
Variação monetária sobre debêntures	(69.993)	(104.295)
Variação monetária sobre direito de outorga	(4.497)	(7.387)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(2.863)	(2.888)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e para construção de obras futuras	(10.908)	(7.754)
Variação monetária sobre obrigações fiscais e trabalhistas	(6.292)	(8.080)
Outras	(3.087)	(1.913)
	<u>(145.656)</u>	<u>(177.238)</u>
Resultado financeiro	<u>(103.516)</u>	<u>(148.507)</u>

25. Lucro por ação

a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	280.140	245.823
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	270.386	270.386
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>1,04</u>	<u>0,91</u>

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na Nota Explicativa nº 21.d, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A Companhia tem como política a distribuição de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. Em 31 de dezembro de 2016, a PLR foi de R\$1.764 (R\$1.943 em 31 de dezembro de 2015), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

27. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Índices de endividamento

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Dívida (i)	1.185.831	1.123.971
Caixa e equivalentes de caixa	(332.433)	(209.104)
Dívida líquida	853.398	914.867
Patrimônio líquido (ii)	400.860	389.566
Índice de endividamento líquido	2,13	2,35

(i) A dívida é definida como debêntures e obrigações com o Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 14 e 18.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

27. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de capital--Continuação

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa de 100,7% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Debêntures e obrigações com o Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 são como segue:

		Contábil	Mercado
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Empréstimos e recebíveis	7.846	7.846
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	63.853	63.853
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	324.587	324.587
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	17.159	17.159
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	1.158.134	1.158.134
Obrigações com o Poder Concedente	Outros passivos financeiros	27.697	26.634
<i>Phantom Stock Option</i>	Outros passivos financeiros	173	173

(i) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(ii) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.

(iii) As debêntures aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(iv) O valor do *phantom stock option* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

27. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros.

b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) *Risco de crédito*

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$52.132 (R\$51.367 em 31 de dezembro de 2015), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

Notas Explicativas**Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

27. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--ContinuaçãoGestão de riscos--Continuaçãod) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Obrigações com Poder Concedente	IGP-M	19.927	12.458	-	-
Debêntures	IPCA + 3,80% a.a.	17.487	11.255	160.233	164.909
Debêntures	IPCA + 4,28% a.a.	67.046	43.163	46.755	1.540.214

Análise de sensibilidade*Risco de variação nas taxas de juros*

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras (a)	Baixa do CDI	26.377	19.783	13.188
Juros sobre as debêntures (b)	Alta do IPCA	(81.695)	(83.102)	(84.518)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente (c)	Alta do IGP-M	(74)	(92)	(111)
Juros a incorrer, líquidos		(55.392)	(63.411)	(71.441)

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

27. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Análise de sensibilidade--Continuação

Risco de variação nas taxas de juros--Continuação

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	10,25%	7,69%	5,13%
IPCA (b)	4,65%	5,81%	6,98%
IGP-M (c)	4,76%	5,95%	7,14%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

28. Plano de previdência privada

A Companhia possui Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e Administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$430 (R\$412 em 31 de dezembro de 2015), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

29. Seguros contratados

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

29. Seguros contratados--Continuação

Em 31 de dezembro de 2016, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Seguro-garantia	Maio de 2016 a maio de 2017	332.705
Responsabilidade civil	Maio de 2016 a maio de 2017	82.036
"AllRisks" - danos materiais	Maio de 2016 a maio de 2017	5.785.527
"AllRisks" - Equipamentos	Julho de 2015 a julho de 2016	113
"AllRisks" - Perda de receita	Maio de 2016 a maio de 2017	1.004.724
"AllRisks" - Manut. Conserv.	Maio de 2016 a maio de 2017	83.968
Veículos	Junho de 2016 a junho de 2017	Tabela Fipe

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Acionistas da

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

São Bernardo do Campo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Capitalização de gastos no ativo intangível de concessões

O contrato de concessão rodoviário representa o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela norma contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, no qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores, e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas Notas Explicativas nos 11 e 18.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de premissas, julgamentos e a manutenção de controles por parte da administração da concessão de rodovia, uma vez que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizadas.

Como nossa auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle deste ativo incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras; (ii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessão, incluindo validações com a área de engenharia das medições realizadas de acordo com o andamento das obras, confronto com os contratos de prestações de serviços e ou notas fiscais relacionadas;

(iii) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessão, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão; e (iv) inspeção física, em base amostral, das obras realizadas.

Adicionalmente, avaliamos se as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras foram apropriadas.

Transações com partes relacionadas

A Companhia realiza transações com partes relacionadas com natureza diversas, principalmente transações operacionais, como a prestação de serviços de construção e manutenção rodoviárias, entre outros. As transações, saldos e condições contratuais significativas, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 15.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido à possibilidade de que essas transações sejam acordadas ou registradas por valores inadequados, fora do período de competência ou não aprovadas pelos órgãos de governança da Companhia, principalmente nas prestações de serviços para construções de ativos.

Como nossa auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle dessas transações incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da política de transações com partes relacionadas da Companhia e sua aplicação nas principais transações incorridas durante o exercício; (ii) realização de exame da documentação suporte para as transações materiais, incluindo a inspeção de contratos e cálculos preparados pela Administração; (iii) verificação da aprovação das transações pelo Conselho de Administração, de acordo com a política estabelecida pela Companhia; e (iv) realização de procedimento de envio de cartas de confirmação às contrapartes das operações sobre os saldos e contratos vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2017.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Ezequiel Litvac

Contador CRC-1SP-249186/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como o relatório sem ressalvas da Ernst & Young Auditores Independentes S/S, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

José Carlos Cassaniga

Diretor Presidente

Rui Juarez Klein

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como o relatório sem ressalvas da Ernst & Young Auditores Independentes S/S, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

José Carlos Cassaniga

Diretor Presidente

Rui Juarez Klein

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores